

O ESTADO, OS POSSEIROS E OS ÍNDIOS - RESSIGNIFICAÇÕES COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA NOS POSTOS INDÍGENAS DO SUL DA BAHIA (1936-1947)

Kelly Silva Prado Andrade

Graduanda em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

E-mail: feelingsk2000@yahoo.com.br

Palavras-chave: Resistência Indígena. Política Indigenista. Índios da Bahia.

Quando John Monteiro escreve, em agosto de 2001, sobre as novas abordagens historiográficas a respeito dos indígenas da América e conseqüentemente do Brasil, nossa atenção é chamada para a ação indígena de diálogo, criatividade e ação frente ao contato com o colonizador. Um processo de renovação de identidades obtido através do contato interétnico dentro do processo histórico, a etnogênese¹, e trata também das estratégias culturais e políticas de atores nativos, buscando criar e renovar identidades duradouras num contexto mais abrangente de descontinuidades e de mudanças radicais (MONTEIRO, 2001, p. 56).

Ainda sobre essas novas relações, Maria Regina Celestino Almeida (2003) demonstra que estudos recentes sobre mitos e tradições dos povos indígenas da atualidade em posição subalterna nas sociedades envolventes, revelam que reelaborar suas tradições, articulando-as com elementos novos e atribuindo-lhes significados compatíveis com as situações vividas no presente como uma necessidade de sobrevivência e resistência cultural do próprio grupo (ALMEIDA, 2003, p. 146).

Essas reelaborações de tradição são oriundas de trocas interétnicas a partir da participação de diversos agentes sociais, cada qual consciente de seu papel e agindo conforme as prerrogativas de seu tempo e de sua visão de mundo, promovendo uma série de conseqüências, enumeradas por Maria Hilda Baqueiro Paraíso (1996), como o inter-relacionamento de culturas, o sentimento do indígena de perplexidade e despossessão, a adaptação como modo de resistir, e a nova tônica das lutas, a partir do conhecimento desse novo mundo apresentado pelos dominadores (PARAÍSO, 1996, p. 31).

¹ Para Monteiro, “etnogênese” é pensado enquanto “articulação entre processos endógenos de transformação e processos externos introduzidos pela crescente intrusão de forças ligadas aos europeus” (MONTEIRO, 2001, 56).

Dessa forma, observamos que o processo de recepção e apropriação de aspectos exógenos a sua cultura, no caso dos indígenas, traduz-se fatalmente como mais um, entre tantos, dos seus mecanismos de resistência e defesa engendrados contra as forças de opressão com as quais convivia e lutava, abrupta ou paulatinamente.

Sendo assim, são o objeto principal de estudo deste projeto as ressignificações de ordem social, política e econômica vistas através das trocas de cartas entre indígenas, representantes do Estado e membros da sociedade nacional, ocorridas entre 1936 e 1947, dentro do Serviço de Proteção aos Índios² - SPI - no âmbito do Posto Indígena³ - PI - Caramuru e Paraguaçu, localizado no sul do estado.

Também analisaremos alguns relatórios oficiais, elaborados por agentes governamentais e endereçados à diretoria do SPI, valendo ressaltar que orientamo-nos metodologicamente a partir da definição de que o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que detinham o poder (LE GOFF, 1996, p. 545).

Buscamos compreender a capacidade do indígena de compreensão do sistema cultural externo somando o de mais importante ao seu universo cultural, fortalecendo sua bagagem argumentativa de luta, destituída dos preconceitos culturais e etnológicos dos quais a sociedade eurocêntrica e ocidental há muito padecem.

A partir do mergulho na pesquisa dos documentos relativos aos PI's Caramuru e Paraguaçu, pudemos verificar algumas situações onde os indígenas encampam lutas a fim de proteger seus direitos, sua cultura e sua sobrevivência. O anseio de analisar principalmente cartas escritas e recebidas por indígenas vem da busca pelo papel do índio e sua atuação na transformação histórica da sua identidade, do seu modo de viver e de pensar, já que a correspondência é necessariamente uma escrita de sociabilidade para o outro, onde o autor constrói uma imagem para si e para o interlocutor. Ao mesmo tempo, o autor é uma invenção, um produto do texto em si, sendo sua sinceridade/subjetividade resultado da narrativa que ele elabora para materializar a identidade a ser consolidada (FONSECA, 2009, p. 202).

Não pretendemos aqui construir absolutas “verdades” históricas a partir das análises epistolares, mas sim buscar elementos dentro das cartas que possibilitem enxergar a forma como o autor observava a si mesmo e ao mundo em que vivia, já que acreditamos que as missivas também possibilitam a análise das relações existentes entre indivíduos e normas, e as formas de burlar e subverter as estruturas vigentes, entendendo não só a força das amarras

² Doravante SPI.

³ Daqui em diante PI.

culturais e sociais, mas também as formas desviantes de atuação do agente histórico (LEVI, 2001, p. 179).

Temos em mente que não é possível, neste trabalho, estabelecer uma linearidade cronológica, já que são cartas de diferentes agentes sociais. Talvez, em outros trabalhos, poderemos desenvolver essa pesquisa, estabelecendo dados biográficos a respeito dos agentes sociais aqui citados, ou acrescentar mais dados sobre as orientações administrativas endereçadas aos PI's. Entretanto, no presente trabalho, nossa maior preocupação é o entendimento das ações sociais dos indígenas, as ressignificações e continuidades utilizadas por eles em suas estratégias de luta.

Para isso, observamos a gestação da ideia do SPI, após a constatação de uma “*crise da agricultura pós-abolição*”, pelo movimento do patronato rural chamado “Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)”, que propõe a “implementação de certas metas que objetivavam a *regeneração agrícola do Brasil*” (LIMA, 1992, p. 156).

Uma dessas metas era a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, parte constituinte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC). Ou seja, um órgão governamental que teve sua criação relacionada com a necessidade de mão de obra dos setores da agricultura exportadora. Os índios, nesse caso, seriam auxiliados apenas para que se tornassem sedentários, aprendessem o cultivo agrícola e assim pudessem servir de mão de obra para os grandes proprietários (LIMA, 1992, p. 156).

Dessa forma, o Serviço de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais é instituído nacionalmente pelo Decreto nº 8072 de 20 de julho de 1910 e inaugurado em sete de setembro do mesmo ano. Previa uma organização que a partir da instalação de núcleos de atração dos índios hostis e arredios, evoluísse para aldeias, abrigando índios “já a caminho de hábitos mais sedentários” e daí, a centros agrícolas para aqueles “já afeitos ao trabalho nos moldes rurais brasileiros”, onde receberiam uma porção de terra para se instalarem, juntamente com posseiros nacionais. Cabia então ao SPI o amparo aos indígenas e conjuntamente a ocupação e exploração de novas áreas (RIBEIRO, 1977, p. 134-136).

A partir da análise da criação do SPI em âmbito nacional, observamos que a história da implantação dos PI's Caramuru e Paraguaçu na região sul do estado da Bahia tem raízes na existência de diversos grupos indígenas na região sul do estado da Bahia e em suas diferentes formas de ocupação do território, sendo que uma das primeiras documentações referentes aos Postos indígenas aqui pesquisados é datada de dezembro de 1910 e trata das primeiras providências que foram tomadas para a instalação da inspetoria (SARQ, 1910, Microfilme 380, Fotograma: 678-684).

Os PI's Caramuru e Paraguaçu surgiram por força da Lei Estadual do Poder Executivo do Estado da Bahia nº 1916 de 09 de agosto de 1926, e tiveram seus limites fixados pelo decreto do Poder Executivo deste estado em 09 de março de 1926. A área reservada inicialmente era de 50 léguas quadradas de “florestas gerais e catingas” sendo destinada á conservação das essências florestais e ao Gozo dos índios Tupinambá, Pataxó e outros ali habitantes. A medição inicial foi feita entre os anos 1926 a 1930 (FUNAI, 1976, p. 22).

Os indígenas recolhidos aos PI's do sul da Bahia, em meados dos anos 30 do século passado, sobretudo, as nações Kamakâ, Botocudo e Pataxó, tendo sua história enquanto grupos uniformizados com a história dos demais indígenas, pertencentes a outras etnias, formam-se enquanto companheiros dentro dos PI's Caramuru e Paraguaçu, co-autores silenciosos, discursivos ou apenas como nomes no papel ou como opiniões enviadas ás autoridades competentes, à representantes em Brasília ou ao Diretor Nacional do SPI, no Rio de Janeiro (FUNAI, 1976, p. 45).

Deste modo, acreditamos que um estudo sobre a temática indígena encontrada nessas cartas e relatórios seria capaz de explicitar um dos pontos principais dessa cultura de resistência adaptativa contestatória, abarcando tanto a visão e os objetivos dos nacionais, a partir de uma análise mais geral das ideias das elites, como também seria capaz de explicitar o modo do indígena de ver e interpretar as estratégias de dominação impostas pelo Estado e as suas reivindicações, aceitações e transgressões a respeito de normas e imposições que eram regulamentadoras de suas vidas, porém criadas por agentes sociais externos.

Sobre a relação entre o estado e a sociedade civil, passamos a análise no âmbito local, onde pudemos observar, a partir das cartas trocadas entre os diretores dos PI's e representantes da elite local, interessados no fim da reserva indígena. Tratamos aqui de elementos da sociedade baiana, elementos nacionais com **posicionamentos políticos** diferenciados, ocupando posições diferenciadas dentro da sociedade de seu tempo: aqueles que são profissionais liberais, como Prisco Vianna, contra funcionários do estado, no caso os Inspetores dos PI's Caramuru e Paraguaçu, que mesmo sendo pertencentes a uma **sociedade diversa** dos indígenas, ainda os representam diante dos demais membros da sociedade.

Evidentemente essa representatividade é baseada nos interesses do estado brasileiro e suas pretensões relacionadas ao futuro dos indígenas, sejam como futuros trabalhadores nacionais, sejam como sujeitos de vida adaptada ao meio urbano e ao modo de vida tradicionalmente sedentário e assalariado. Mesmo com esses interesses subjetivos por parte da organização do SPI, acontecem conflitos entre posseiros e indígenas, já que a diretoria geral do SPI decide arrendar algumas posses dentro da reserva territorial, com o intuito de obter

maior renda para o sustendo dos índios e de suas atividades agro-pastoris. Nesses conflitos, por vezes, a autoridade representativa do estado é compelida a “apaziguá-los”, e muitas vezes, tomar partido desse conflito tentando, mesmo que minimamente, assegurar os direitos dos indígenas, e as cartas demonstram isso, como podemos ver no fragmento seguinte:

[...] Igualmente encontrará o senhor em mim a máxima boavontde de manter com os nossos vizinhos a mais cordial amizade. E é o que tenho feito há mais de dois anos que respondo pela administração dos Postos desta reserva indígena, sem prejuízo de que me cabe zelar [...] (SARQ, 1946, Microfilme 155).

Neste outro fragmento, Saturnino Santanna (encarregado dos PI's no período de 1942 a 1944) pede a Alfeu Carvalho, posseiro na região da reserva, que evite deixar seu gado entrar em terras indígenas. Vale ressaltar como é elaborada a carta, o tratamento colocado, a intencionalidade da palavra “patrício” em referência tanto ao inspetor quanto ao posseiro, criando uma imagem de igualdade e irmandade, demonstrando a construção de uma imagem para si e para o interlocutor, nesse caso, uma imagem onde se tenta mostrar que os dois pertencem a um mesmo grupo social, sem falar na própria cordialidade visível na carta:

[...] sem que o vosso vaqueiro queira pôr cobro a este inconveniente, venho optar, digo, apelar para o **ilustre patrício**, no sentido de que sejam evitadas tais incursões em terra alheia [...] (SARQ, 1944, Microfilme 155).

Enquanto, de acordo com suas cartas, o tom usado pelo inspetor do SPI é de cordialidade, nas cartas escritas por representantes da sociedade nacional, o que vemos é uma hostilidade disfarçada dentro da cordialidade, ameaças veladas de investigações sobre o trabalho do SPI, sempre dentro dos trâmites ditos “legais”, e ao mesmo tempo inúmeros elogios pessoais ao inspetor.

Isso tudo podemos observar na carta escrita por Prisco Passos Viana (SARQ, 1945, Microfilme 155), onde não fica claro ao certo se ele reclama do uso indevido de suas posses ou do gado de sua fazenda ter invadido plantações de indígenas que estavam sem proteção de cercas. Não existem aqui maiores explicações sobre a querela, entretanto fica evidente o tom cordial e ao mesmo tempo ameaçador com que ele fala sobre a questão jurídica do caso (SARQ, 1945, Microfilme 155).

Prisco Viana (SARQ, 1945, Microfilme 155) descreve eufemisticamente as ordens de Silvio dos Santos como “acatáveis”, mas a orientação jurídica que ele obedecerá, na verdade, será dada por “juristas de valor”. O tom de ameaça fica evidente quando Viana diz que: “os

serviços dos Postos terá que esclarecer (perante a justiça) o seu ‘modus agendi’” (SARQ, 1945, Microfilme 155). Em contraposição, ele eufemiza o conteúdo da carta quando tece elogios a Santos, que é descrito por ele como homem educado e destemido. Como se não bastasse, ele ainda finaliza apontando uma intenção de prestar esclarecimentos pessoalmente com o inspetor.

Em outra carta onde Marcionilio de Almeida (SARQ, 1946, Microfilme 155, fot. 1772) justifica a entrada do gado nas terras do índio pelo descuido do mesmo, que não concertou sua cerca. Mostra como se davam as relações oficiais entre posseiros e a autoridade local: polida, “civilizada”, nas correspondências, mas com uma tendência a violência e superioridade hostil no que tange aos indígenas (SARQ, 1946, Microfilme 155, fot. 1772). Vale ressaltar que a invasão de gado nas posses dos indígenas era uma das tantas outras práticas que visavam à pressão, que poderia chegar até atos de violência, para que os indígenas desistissem da terra que tinham recebido do estado, refugiando-se onde não houve tantas perseguições, ou indo para outras posses dentro dos postos indígenas que não fossem economicamente atraentes para os nacionais (FUNAI, 1976, p. 35).

Todas as relações entre posseiros, representantes do Estado e indígenas encontradas nas cartas que analisamos norteiam-se por três aspectos: a cordialidade e relação “amistosa” com os representantes do estado, o sentimento de superioridade evidente no trato aos indígenas e na maioria dos fatos, as questões de terra são as mais relevantes. São elas que fomentam inicialmente todas as questões e todos os problemas descritos nas cartas. Imaginemos, então, qual era o nível de conflitos entre índios e posseiros, que conviviam lado a lado nessa disputa pela terra, com o agravante de que a administração do SPI ficava em determinada área, longe das outras zonas de agricultura.

Esse é outro ponto relevante das relações entre posseiros e representante do Estado. Mesmo que seja contra a ação do próprio estado, a elite local busca relacionar-se com outros representantes da elite, geralmente em alianças com figuras políticas de expressão estadual e nacional, que lhe auxiliem na defesa de seus interesses, já que eles têm a consciência de que o poder do Estado tem muitas faces, e que **se de um lado, é o próprio Estado que tem o poder de impedir que eles avancem sobre a terra indígena**, por outro lado, **outros representantes desse mesmo Estado têm o poder de facilitar esse avanço**, utilizando-se de uma legislação que, a depender de como é interpretada, tornam legítimas as suas reivindicações e suas ambições perante a lei brasileira.

Podemos entender essa posição dúbia do estado, quando pensamos as ideias de tradições da gestão colonial, que explicam como, mesmo quando os atores sociais, (sobretudo

os posicionados em aparelhos administrativos) parecem imbuídos de desejo de suplantarem as desigualdades duráveis, “**elas se reproduzem**” (LIMA, 2002, p. 4) (Grifos do autor).

Podemos considerar essas práticas acima descritas como a tônica dos relacionamentos existentes dentro dos aldeamentos: Primeiro, a desagregação das noções e identidades culturais pertencentes aos indígenas, finalidade última do próprio processo de sedentarização; depois, a perda dos direitos sobre o lote adquirido, observado neste trabalho a partir de várias manobras legais e em sua grande maioria, com a complacência e auxílio dos representantes do estado.

Quando pensamos em resistência, observamos as modificações nos costumes, nos hábitos culturais que são utilizados no trato com os demais agentes e que acabam por auxiliar em sua forma de se defender das arbitrariedades, que acabam por auxiliar na organização e na maneira que encontram para sobreviver. Essa cultura em permanente reelaboração conduz à quebra da dualidade entre mundo dos brancos e mundo dos índios, e as relações de contato e as mudanças culturais vividas pelas populações indígenas deixam de ser simplesmente vistas como aculturação ou dualidade cultural (CELESTINO, 2003, p. 259).

Um exemplo dessa mudança de parâmetros culturais pode ser vista nas cartas escritas por João Caboclo, índio assentado nos PI's Caramuru e Paraguaçu, onde vemos os pedidos de ferramentas e remédios endereçados ao encarregado:

[...] Ilmo Srº chefe (ilegível) çua saudi amigo afim de esta duas linha é çomet para pedir u bom amigo para mi pretegem in uapadi ferramenta uma fois um machado nem que fouuzado eu estou com ceviço até grandi estou irrascado a falta di ferramenta pesco u bom amigo que mi protegem çomenti na ferragem eu esou com vontadidi trabalha este ano para nois ter farturapesçouamigo que não mi falta manda pelloumesmo portador que émeu filho mi mereciocomfiancia [...] (SARQ, 1945, Microfilme 155). (Grifo meu.)

[...] Pesco u amigo tive algum remédio para febre me manda um poço que eu estou com dois filho pasçando muito mal di febre (...). Também me manda alguma notisça [...] (SARQ, 1945, Microfilme 155).

Esses pedidos nos mostram como o autor das cartas via a possibilidade de obtenção de ajuda oferecida pelo encarregado pelo PI, sem falar na própria possibilidade da escrita, que facilitava o contato com a direção do órgão. Pedidos como esses, encontrados não só nas cartas de João Caboclo, mas em vários relatórios anuais enviados à diretoria central do SPI, fazem com que fiquem claro que os processos de deslocamentos para Postos Indígenas se

deram, sim, de forma a garantir sua sobrevivência física, escolhendo para isso o “mal menor” (CELESTINO, 2003, p. 156).

Esse “mal menor”, a fixação dentro do limite dos PI's, a princípio descrito aos índios pelas equipes de atração como um lugar onde eles teriam proteção e alimento, passa a ser chamado pelos próprios indígenas, em sua língua própria, de “matadouro”, já que ficavam dentro da área de reserva, expostos a doenças, à falta de alimentação, já que as verbas para manutenção dos PI's eram poucas, quando chegava, deixando-os em um estado de miséria e fome pior do que sofriam nas matas, já que dentro da reserva eles eram ameaçados e atacados (FUNAI, 1976, p. 36, 37, 38 et seq; SARQ, 1932, microfilme190, fot. 907-927).

Se a sobrevivência dos indígenas era difícil, isso não significava que eles estavam desagregados socialmente, apenas sobrevivendo nas matas, sem os vínculos culturais e étnicos que os norteavam. No relatório escrito por Alberto Jacobina, em 1932, nos conta que:

[...] O próprio chefe actual do grupo desgueerens, o belo e robusto Tapitei, [...] não fora partidário da adesão (dos índios) ao Posto Paraguassú. Lá estivera, entretanto, com todas as aparências de fiscal, friamente amável, pouco se demorando. Dêra com certeza suas ordens para a retirada que depois se effectuou, em caso de insucesso, isto é, em caso de falta de cumprimento das promessas feitas pelo Encarregado: Protecção e Alimento. (...) (SARQ, 1932, microfilme190, fot. 907-927). (Grifo meu.)

Jacobina nos mostra nesse relato que as estruturas hierárquicas e culturais da organização social de certas tribos, no caso dos Guereens, ainda eram mantidas. Essa prática pode ser vista como a opção de aceitar meios “mais seguros” de sobrevivência, entretanto sem anular a sua estrutura social inicial.

Outra forma de resistência observada através da documentação é a constante atuação de um delegado indígena, Manuel Oliveira, entre 1943 e 1945, onde se manifesta através da troca de cartas com seu superior. A função de delegado indígena, de acordo com os documentos pesquisados, aparentemente era relacionada à distribuição de terras, à fiscalização das posses e dos arrendamentos mantidos por nacionais. Manoel Oliveira tem o maior volume de trocas de cartas analisado em nosso trabalho, sendo a maior parte delas a respeito do trabalho desenvolvido em sua área de atuação. O principal assunto abordado eram as doações de terras aos indígenas, já que a distribuição dos lotes era de sua responsabilidade:

[...] (a posse) está desocupada; é uma posse muito boa para índio, porque só tem duas tarefas de cacau frutífero, e este pode ser de meia com a repartição e tem mais cacau a cerca de 9 tarefas, porém esta abafado na capoeira, porém é cacau (ilegível) , está no ponto de ser tratado [...]O plantio desta

posse é insignificante esta muito para deitar um índio [...] (SARQ, Microfilme 183, fot. 1870 – sem data). (Grifo meu.)

[...] preferiu a antiga posse que pertenceu a Manoel Santana, esta posse é muito insignificante, porque está em completa capoeira e os cacau que tem é muito diminuto [...] só tem de valor uma casa de telha, com o madeirame bastante estragado pelo cupim, por se de madeira de qualidade inferior; não tem pasto nem outra benfeitoria que possa causar interesse a comunidade indígena (SARQ, 1943, Microfilme 183). (Grifo meu.)

[...] O índio José Delmiro Filho, preferiu a posse que pertenceu a Velho Angelo Francisco dos Santos, esta posse a mezes que está abandonada, e não CEI o recibo delle onde acha-se; pois dono da mesma nunca mais apareceu aqui no panelão; caso o Sr. Dê esta posse ao índio mande me dizer para eu proibir a entrada de outra pessoa na referida posse [...] (SARQ, Microfilme 183, fot. 1866 – sem data).

Nos dois fragmentos acima, vemos as descrições negativas que ele faz a respeito das posses, talvez como uma forma de mostrar ao encarregado e aos nacionais que a posse prestes a ser entregue a um índio não despertaria interesses comerciais. E analisando dessa forma, talvez o que vemos seja uma forma de argumentar facilitando o acesso dos outros índios às posses. Ou seja, uma forma de resistir **utilizando em seu favor o conhecimento** da cultura externa a si.

A última missiva que analisaremos aqui tem uma denúncia a respeito de um dos posseiros assentados na área de reserva dos PI's, Jesuíno Onofre, escrita no ano de 1943 no por Amaro Abade,⁴

Posto Paraguasul, 9 de janeiro de 1943

Amigo SnrDotor Saturnino Santanna[...]eu pesso que me avize sobre u movimento que eu tenho sabido que a dizamição no posto disto pelo u Jizuino Onofre que arranjar garnde proteção que do dia 10 deis deste corrente mezeselle esta por carispalhandomluitobuato i animando muito posero, para voltar para suas posse i procura seus talão de arrendamento que toudos tinha de ser adinizadoaimportancia que foi pagaro então esta toudos animado i me procurando os talão que eu arrecardei i e dizendo elles que u posto tinha de ser toudoarepartido para eles [...] (SARQ, 1943, Microfilme 153, fot. 190).

Esse episódio relatado pelo índio Amaro Abade retrata uma entre as várias tentativas de fim da reserva indígena, que iam desde tentativas violentas de invasão, passando pela

⁴ Amaro Abade foi um índio que teve sua posse invadida e, cansado de recorrer à direção regional do SPI sem sucesso, deslocou-se até o Rio de Janeiro para parlamentar com Cândido Rondon, na tentativa de reaver sua posse (FUNAI, 1976, p. 36-36).

invasão de gado dentro das posses dos indígenas, chegando até as petições jurídicas exigindo o fim da área de reserva. Como vemos, a grande tônica das relações dentro dos Postos Indígenas era a posse de terra.

É a partir desse quadro tão conflituoso e tão complexo de luta pela posse da terra e da tentativa de formação de mão de obra que procuramos observar as formas de resistência construídas pelos povos indígenas, a capacidade do indígena de compreensão de sistemas culturais externos a si, apropriando-se desses sistemas, tirando deles somente o que ele tem de necessário a oferecer e somando-o ao seu universo cultural, fortalecendo a argumentação para a luta.

Isso foi o que pudemos encontrar nas cartas e nos documentos recolhidos pelo SPI, tentando, dentro de nossas limitações de compreensão e de leituras, trazer, não só ao meio acadêmico, mas principalmente aos povos indígenas, uma apropriação dessa história-herança de seus antepassados, meus antepassados, engrossando o cômico dos relatos de resistência que buscam desmistificar a idéia de passividade e resignação dos indígenas, ainda utilizada nos dias atuais, à medida em que torna-se público um histórico de lutas e resistências construído por cada análise histórica e antropológica que se encaminhe nesse sentido.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

FONSECA, Paulo Miguel. Comentários sobre o sujeito histórico e a escrita epistolar nas Minas setecentistas. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p. 197-212, jan/jun. 2009.

FUNAI. Relatório sobre a história da Reserva dos Postos Indígenas Caramuru e Catarina Paraguaçu. Salvador, 1976. Elaborado por Maria Hilda Baqueiro Paraíso. Convênio FUNAI-UFBA.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996. p. 545.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Coord.). *Usos & abusos da História oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. *O Governo dos Índios sob a gestão do SPI*. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. Diversidade Cultural e Política Indigenista no Brasil. *Tellus*, Campo Grande, n. 3, 2002.

MONTEIRO, John. *Tupis, Tapuias e historiadores. Estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. Tese (Livre-docência) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

PARAÍSO, Maria H. B. *O Tempo da Dor e do Trabalho: a Conquista dos Territórios Indígenas nos Sertões do Leste*. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

Documentos

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS - SPI. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. 1910, Microfilme 380, Fotograma: 678-684. Disponível em: <<http://base2.museudoindio.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2009.

_____. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. Carta. Bahia, 09 jan. 1943. Microfilme: 153. Fotograma: 189-190. Disponível em: <<http://base2.museudoindio.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2009.

_____. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. Carta. Bahia, 14/01/1944. Microfilme: 154. Fotograma: 1473. Disponível em: <<http://base2.museudoindio.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2009.

_____. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. Carta. Bahia, 26 ago. 1946. Microfilme: 155. Fotograma: 1852. Disponível em: <<http://base2.museudoindio.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2009.

_____. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. Carta. Itamará, 21 mar. 1943. Microfilme: 153. Fotograma: 203. Disponível em: <<http://base2.museudoindio.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2009.

_____. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. Carta. Jacareci, 06 out. 1943. Microfilme: 183. Fotograma: 1863-1864. Disponível em: <<http://base2.museudoindio.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2009.

_____. Inspetoria Regional 4. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. Carta. Mundo Novo, 20 set. 1943. Microfilme: 183. Fotograma: 1849. Disponível em: <<http://base2.museudoindio.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2009.